

AUSTIN/AGOSTINI: IMPOSTO DE RENDA E IOF SÃO DESTAQUES NEGATIVOS DA ARRECADAÇÃO DE DEZEMBRO

Por Cícero Cotrim

AE NEWS - São Paulo, 23/01/2020 - A arrecadação com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) decepcionou em dezembro e foi a principal influência da arrecadação total com impostos e contribuições de R\$ 147,501 bilhões no mês, com queda real de 0,08% na comparação com dezembro de 2018. A avaliação é do **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**.

No mês, a arrecadação ficou próxima do piso das expectativas do levantamento **Projeções Broadcast**, de R\$ 147,0 bilhões, e mais distante da mediana, de R\$ 150,95 bilhões. Considerando o acumulado do ano, o resultado efetivo ficou igual ao piso das expectativas, de R\$ 1,581 trilhão.

A arrecadação com o Imposto de Renda ficou em R\$ 40,037 bilhões, R\$ 5 bilhões inferior ao projetado pela **Austin**, e teve queda real de 0,25% na comparação com dezembro de 2018. Já o IOF, apesar da alta interanual de 8,46%, frustrou as expectativas, já que a expectativa era de avanço maior devido ao aumento de operações de crédito.

"Esperávamos um imposto de renda mais forte, com aumento de vagas de trabalho formal e aos investimentos na Bolsa por causa da taxa Selic mais baixa, mas isso acabou não se confirmando", diz Agostini. A arrecadação com rendimentos do trabalho foi de R\$ 11,247 bilhões em dezembro, uma queda real de 0,4% na comparação com igual mês de 2018. Já os rendimentos de capital alcançaram R\$ 9,943 bilhões, uma queda de 3,02%.

A arrecadação do ano, no entanto, foi mais forte e deve garantir um déficit primário de R\$ 80 bilhões para o Governo Central em 2019 - bem abaixo da meta, de R\$ 139 bilhões - com contribuição da arrecadação de receitas não recorrentes de outorgas como os R\$ 69,9 bilhões da cessão onerosa.

Para 2020, o economista estima déficit de R\$ 50 bilhões, também inferior à meta de R\$ 124,1 bilhões. A redução do déficit deve ser influenciada, diz, por causa de um aumento real de 0,7% nas receitas recorrentes - que podem chegar a R\$ 1,60 trilhão, considerando inflação de 3,74% no ano - bem como por uma redução nos gastos do governo e nos juros da dívida, com a Selic mais baixa.

"O governo está avançando no plano de ajuste fiscal e diminuição do tamanho do Estado e, mesmo que não consiga avançar em coisas como a Reforma Administrativa, deve continuar com políticas que não dependem do Congresso, como o corte de cargos em comissão", explica o economista.

Contato: cicero.cotrim@estadao.com